

Tipologia documental: Licença para Capacitação Docente

Código de Classificação de Documento: 024.3 (Antigo, 2001)/ 023.3 (Novo, 2020)

Atividade: Licença para capacitação de servidores docente.

Objetivo da produção:

Conceder licença para o servidor docente (com duração de até 3 meses/90 dias) para que ele participe de ação de desenvolvimento presencial ou à distância; ou elabore trabalhos finais de cursos formais; ou realize curso conjugado com atividades voluntárias no país ou exterior ou conjugado com atividades práticas em posto de trabalho.

Setor produtor: Unidade de origem docente ou imediatamente superior.

Setores de Procedência: Unidade de origem docente ou imediatamente superior.

Setores de tramitação:

- 1) Unidade de origem docente ou imediatamente superior
- 2) UAPS do Centro Acadêmico de origem do docente
- 3) Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (PROPGPI)
- 4) Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)
- 5) Setor de Formação Permanente (SFP)
- 6) Seção de Cadastro e Registro de Pessoal (SCRP)
- 7) Secretaria da Progepe;
 - *No caso de Licença para Capacitação Docente no Exterior, o processo é tramitado da Secretaria da Progepe para o Gabinete do Reitor (GR) para assinatura da Portaria GR pelo Reitor e publicação no DOU.
- 8) Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

Documentos/procedimentos necessários (em PDF/A):

- 1) Requerimento de Licença para Capacitação devidamente preenchido e assinado, preferencialmente com assinatura eletrônica, com a justificativa da chefia imediata quanto ao interesse da administração pública naquela ação, visando ao desenvolvimento do setor;
- 2) Documento de comprovação de matrícula na instituição de ensino promotora ou de destino com data de início e término correspondente ao período solicitado para a licença, com a discriminação da carga horária mínima de 30 horas semanais;
- 3) Pedido de exoneração do cargo em comissão ou dispensa de função de confiança, quando o período de licença for superior a 30 dias consecutivos.
- 4) Ata Departamental aprovando a licença para capacitação requerida pelo docente.
- 5) Termo de Compromisso e Conhecimento Licença para Capacitação Unirio

*Nos casos de solicitação de licença para capacitação para fins de elaboração de trabalho de final de curso formais (graduação, pós-graduação e pós-doutorado), deverão ser adicionados também:

1) Declaração do orientador ou coordenador de curso, informando que o servidor está



em fase de elaboração de trabalho final (redação da monografia, dissertação ou tese) e a carga horária necessária (no mínimo, 30 horas semanais) para a elaboração do trabalho final;

- 2) Projeto do trabalho final.
- 3) Relatório do servidor correlacionando o curso de qualificação e/ou projeto de trabalho final com suas atividades/cargo na Unirio e a contribuição que a qualificação trará para a Instituição.
- **Quando a licença para capacitação for utilizada para cursos conjugados com atividades práticas em posto de trabalho, em órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta dos entes federativos, dos Poderes da União ou de outros países ou em organismos internacionais, deverão ser adicionados também:
 - Acordo de Cooperação Técnica assinado pelos órgãos ou entidades envolvidas ou instrumento aplicável (providenciado junto à Gestão de Convênios e Contratos/PROAD).
 - 2) Plano de Trabalho elaborado pelo servidor.
- ***Quando a licença para capacitação for utilizada para cursos conjugados com a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza, no país ou no exterior, deverão ser anexados também:
 - 1) Declaração da instituição onde será realizada a atividade voluntária, informando a natureza da instituição, a descrição das atividades de voluntariado a serem desenvolvidas; a programação das atividades; a carga horária semanal e total; e o período e o local de realização.

Base legal:

- Lei 8.112/1990;
- Decreto nº. 9.991, de 28 de agosto de 2019 alterado pelo Decreto nº 10.506/2020;
- IN n° 201 de 11.19.2019;
- NT SEI n° 7058/2019/ME.
- IN SGP-ENAP/SEDGG/ME n° 21, de 1° de fevereiro de 2021
- Resolução Unirio nº 5.028/2020

Fluxograma:

- 1) A unidade de origem do docente (Departamento ou Direção dos Institutos ou Decania) solicita a abertura de processo eletrônico com o modelo de ofício fornecido pela Equipe do SEI/AC, via e-mail, ao seu protocolo de origem;
- 2) Após o retorno do processo autuado à unidade que solicitou a abertura do processo administrativo, a unidade de origem procede com a inserção documentação exigida para a solicitação da licença para capacitação do docente e envia o processo para ciência da Decania do Centro Acadêmico;
- 3) A Decania do Centro Acadêmico, após ciência, envia para a PROPGPI, dependendo da sua vinculação, para emissão de declaração específica ou inclusão da Ata do Programa de Pós-Graduação a qual está ligado o docente em questão com parecer



favorável à licença para capacitação por mais de 30 dias, se for o caso;

- 4) A PROPGPI envia o processo eletrônico para a CCPD para consulta e parecer sobre a licença para capacitação por mais de 30 dias, se for o caso;
- 5) A CPPD envia o processo eletrônico para o SFP/Progepe para análise da documentação entregue pelo servidor docente;
- 6) E se tudo estiver em conformidade com as exigências legais, o SFP/Progepe envia o processo para o SCRP/Progepe para consulta em relação à situação funcional do docente, com posterior retorno ao SFP/Progepe;
- 7) Após o retorno do processo, o SFP/Progepe confecciona a minuta de portaria:
 - 7.1) No caso da **Licença para Capacitação Docente no País:** confecciona a minuta de portaria adequada e o despacho da unidade, enviado o processo administrativo para a Secretaria da Progepe para que a Pró-Reitora de Gestão de Pessoas autorize e assine a respectiva Portaria e realize os demais encaminhamentos;
 - 7.1.1) Após a assinatura da portaria de concessão da Licença para Capacitação e posterior publicação no Boletim da Unirio, a Secretaria da Progepe envia o processo com a Portaria assinada para a SCRP/Progepe para registro no sistema e demais encaminhamentos;
 - 7.2) No cado da Licença para Capacitação Docente no Exterior: confecciona a minuta de portaria adequada e o despacho da unidade, enviando o processo administrativo para a Secretaria da Progepe para que a Pró-Reitora de Gestão de Pessoas assine o Despacho de encaminhamento do processo administrativo para o Gabinete do Reitor;
 - 7.2.1) O GR deverá proceder com a assinatura da Portaria e retornar o processo administrativo com a publicação do ato administrativo em D.O.U., retornando em seguida para o SFP/Progepe;
 - 7.2.2) Após o retorno do processo administrativo ao SFP/Progepe, a unidade confeccionará um Despacho para a SCRP/Progepe;
- 8) Na sequência de qualquer uma das modalidades (no país ou no exterior), após registro no sistema, a SCRP/Progepe envia o processo para a unidade de origem do servidor docente para ciência dele e de sua respectiva chefia imediata;
- 9) O docente ou sua chefia imediata deverá anexar ao processo o certificado e/ou o relatório da ação de desenvolvimento realizada, até 30 dias após o término do período da Licença para Capacitação, e enviar o processo eletrônico para o SFP/Progepe para conferência final;
- 10) O SFP/Progepe verifica a documentação comprobatória (certificado e/ou relatório) e, estando tudo em conformidade, dará ciência e tramitará o processo eletrônico para a Decania do Centro Acadêmico do docente;



- 11) A Decania do Centro Acadêmico do docente tramitará para a unidade que solicitou a abertura do processo administrativo para ciência e arquivamento do processo;
- 12) Ao final dos procedimentos administrativos, a unidade que solicitou a abertura do processo administrativo poderá requerer o arquivamento no Protocolo de Referência do Centro Acadêmico, com "Despacho de Arquivamento de Processo" do próprio Sistema.

Observações:

- -A solicitação de autuação deste processo administrativo deverá ser realizada pela unidade de origem do docente ou pela Diretoria do Instituto ou Decania do Centro Acadêmico, no caso de vacância do responsável pela unidade primária do docente.
- Sugere-se que os documentos com informações pessoais, não prescindíveis, sejam tarjados pela unidade responsável por sua inserção para compor o respectivo processo de natureza pública, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- Os documentos que contenham informações pessoais e que venham a compor o processo eletrônico de licença para capacitação deverão ser classificados como de natureza restrita pela unidade responsável por sua inserção, devido a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Nível de Acesso: Público.

Hipótese legal do nível de acesso "Restrito": -

ANEXOS E LINK ÚTEIS:

Link de acesso às informações no *site* da Progepe e para o respectivo requerimento seja para Técnico-Administrativo em Educação ou Docente:

http://www.unirio.br/progepe/licenca-para-capacitacao-tec-administrativo

ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO E CONHECIMENTO

LICENCA PARA CAPACITAÇÃO

	Eu,		, Matrícula SIAPE n°, ocupan	ite
do	cargo	de	, do Quadro Permanente o	de



Pessoal	da	Unive	ersidade	Federal	do	Estado	do	Rio	de	Janei	ro,	lotado(a)	no(a)
				, dever	ndo a	fastar-me	para	fins	de L	icença	para	Capacita	ção, no
período	de _	/_	_/	a/_	/_	, em	confo	rmid	ade c	om o	inciso	o VII, art.	12, do
Decreto	nº 9.9	991, de	28 de a	gosto de 2	2019	e do art.	30, da	a IN	nº 21	, de 01	de fe	evereiro d	e 2021,
venho, pelo presente termo, firmar compromisso de:													
6)	compi	rovar a	narticina	acão efetiv	va nal	ไรโ ละลักได้	AS) au	e ger	oular:	am) a li	cenca	nara can	acitacão
O)	•			c gci	e gerou(aram) a licença para capacitação,								
conforme estabelecido na legislação supracitada;													
7)	que não me afastei e não vou me afastar para ação de desenvolvimento nos 60 (sessenta)												
	dias q	ue ante	ecedem c	período _l	propo	sto para l	icença	ı;					
8) compartilhar os conhecimentos adquiridos com os pares, conforme art. 19											art. 19	ə, da IN ı	nº 21, de
	01 de fevereiro de 2021.												
Declaro, ainda, que tenho conhecimento:													
4)	das normas e critérios estabelecidos no Decreto nº 9.991/2019 e na IN nº 21/2021, inclusive												
	das sanções impostas pelo seu descumprimento;												
۲\	40 000	ماريح	unto o lic	anca fica	rá 25		a min	ha "		~ r~ ~ ~ ~	oveet	ta ac narr	alac am
5)	de que, durante a licença, ficará assegurada a minha remuneração, exceto as parcelas em												
decorrência de auxílio transporte e de trabalho em local periculoso e/ou insalubi legislação vigente.										salubre, c	oniorme		
	iegisia	içao vig	ente.										
						de _					de 20 _.	·	



Assinatura do servidor solicitante